



RESUMO DE

DIREITO FINANCEIRO

PARA PROCURADORIAS

Parte 1: Introdução; Orçamento;
Receitas Públicas.

Edição
2025

SUMÁRIO

MAPEAMENTO DA MATÉRIA	4
LEGENDA E EXPLICAÇÕES.....	11
1 INTRODUÇÃO E ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO	13
1.1 ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO	13
1.2 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E DIREITO FINANCEIRO	14
1.3 FONTES DO DIREITO FINANCEIRO.....	15
1.3.1 Fontes formais	15
1.4 COMPETÊNCIA LEGISLATIVA EM DIREITO FINANCEIRO	17
1.5 ÂMBITO DE APLICAÇÃO DAS NORMAS DE DIREITO FINANCEIRO	18
2 ORÇAMENTO	20
2.1 INTRODUÇÃO E NATUREZA JURÍDICA	20
2.2 ESPÉCIES DE ORÇAMENTOS	21
2.3 PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS.....	21
2.3.1 Princípio da legalidade ou reserva legal	22
2.3.2 Princípio da economicidade.....	23
2.3.3 Princípio da transparência orçamentária	23
2.3.4 Princípio da exclusividade.....	29
2.3.5 Princípio da programação	30
2.3.6 Princípio do equilíbrio orçamentário.....	31
2.3.7 Princípio da anualidade	32
2.3.8 Princípio da unidade (ou totalidade)	32
2.3.9 Princípio da universalidade	33
2.3.10 Princípio do orçamento-bruto	34
2.3.11 Princípio da não afetação ou não vinculação de receita de impostos	34
2.3.12 Princípio da especificação (especialização ou discriminação)	37
2.3.13 Princípio da proibição do estorno	38
2.3.14 Princípio da unidade de caixa ou de tesouraria.....	39
2.4 LEIS ORÇAMENTÁRIAS	41
2.4.1 Plano Plurianual - PPA	41
2.4.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (Art. 165, II e 165, §2º, CF e art. 4º, LRF)	43

2.4.3	Lei orçamentária anual – LOA.....	47
2.5	CICLO ORÇAMENTÁRIO	51
2.5.1	Processo legislativo de leis orçamentárias – elaboração, aprovação, sanção ou veto.....	51
2.5.2	Execução orçamentária	57
2.5.3	Controle	57
2.6	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	58
2.7	ORÇAMENTO IMPOSITIVO X AUTORIZATIVO	59
2.7.1	Orçamento autorizativo ou impositivo	59
2.7.2	Emendas parlamentares impositivas (ECs. nº 86/2015; 100/2019, 102/2019 e 105/2019)	61
2.8	CRÉDITOS ADICIONAIS	68
2.9	DESVINCULAÇÃO DA RECEITA	72
2.9.1	Desvinculação da receita da União – DRU.....	72
2.9.2	Desvinculação da receita dos Estados, do Distrito Federal e Municípios (DREM).....	74
2.10	REGIME DE COMPETÊNCIA DAS RECEITAS E DESPESAS	76
3	RECEITAS PÚBLICAS	77
3.1	CONCEITO	77
3.2	CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS QUANTO À CATEGORIA ECONÔMICA (RECEITAS E DESPESAS NA LEI 4.320/64).....	77
3.2.1	Receitas correntes	78
3.2.2	Receitas de capital.....	81
3.3	CLASSIFICAÇÕES DOUTRINÁRIAS DA RECEITA PÚBLICA	82
3.3.1	Classificação quanto à regularidade ou periodicidade.....	82
3.3.2	Classificação das receitas segundo a natureza ou previsão orçamentária	82
3.3.3	Classificação de receitas segundo a origem	84
3.3.4	Classificação das receitas quanto à afetação patrimonial	85
3.4	ESTÁGIOS DA RECEITA.....	85
3.5	A RECEITA PÚBLICA NA LRF (LC 101/2000).....	86
3.5.1	Responsabilidade fiscal (Art. 11, da LRF)	86
3.5.2	Renúncia de receitas tributárias (Art. 14, da LRF)	87
3.5.3	Renúncia de receita não tributária.....	89
3.6	FUNDOS ESPECIAIS.....	91
3.7	DUODÉCIMOS	92